

A REORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NAVAL NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL EM MEADOS DO SÉCULO XIX

WAGNER LUIZ BUENO DOS SANTOS*
Historiador

SUMÁRIO

Introdução
As Forças Armadas e a atuação da Marinha Imperial para
construção do Estado brasileiro
A reestruturação dos corpos militares: a Marinha Imperial
como laboratório

INTRODUÇÃO

A historiografia que buscou dar conta da construção e formação do Estado Nacional brasileiro é bastante rica em interpretações, sobretudo no campo da História Política. Fortemente influenciada pelas análises da sociologia política, a chave de entrada da maioria dessas interpretações se dá pela disputa de projetos políticos concorrentes. Ramificam-se metodologicamente em duas perspectivas: os estudos

de cunho mais centralizadores, que privilegiavam o poder central como a esfera das relações de poder, e os que se dedicaram às análises descentralizadoras, destacando o protagonismo dos agentes políticos regionais na cena política na Corte. Nessas análises, destacam-se sobremaneira a articulação e o papel de grupos da elite imperial e seus projetos políticos no interior da burocracia do Estado. Embora seja muito significativa a contribuição de boa parte desses trabalhos para a compreensão

* Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Serve no Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

do processo político de formação do Estado brasileiro e de seus construtores, essas análises acabam por negligenciar outros setores e atores que tiveram participação ativa durante o processo.

Este artigo pretende salientar a reforma da administração da Marinha Imperial no momento em que se forjou a reforma burocrática do Estado em meados do século XIX, período consagrado pela historiografia como da construção do Estado Nacional brasileiro. Grande parte dos construtores do Estado Nacional brasileiro é identificada como uma elite letrada, formada nos centros acadêmicos europeus, sobretudo em Coimbra. Seria essa elite que conformaria, em meados do século XIX, uma nação moldada nos ideais da civilização europeia. Coimbra teria sido o apogeu de formação de uma constelação de intelectuais que, embora recrutada entre setores sociais dominantes heterogêneos, alcançou certa homogeneidade ideológica por ter frequentado os círculos acadêmicos portugueses e, ao retornar ao Brasil, foi treinada nos cargos da burocracia estatal do Império. Seria essa a fundamental característica da elite imperial que favoreceu a construção e a manutenção da unidade nacional. Tributário dessa corrente historiográfica, José Murilo de Carvalho destaca como característica essencial para a homogeneidade desse grupo a educação superior; segundo ele, essa formação era um fator de distinção:

Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em

terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos só a formação jurídica.

Em suas formulações, o autor, ao destacar a formação jurídica da elite, afirma que teria sido ela que, ao chegar nos altos cargos das esferas do governo, conduziu toda a trajetória do projeto de formação do Estado brasileiro. Muitos dos filhos dos setores sociais dominantes partiram para Coimbra almejando o curso de Direito; ao voltar, ingressaram em posições privilegiadas da administração imperial. Porém nem todos seguiram essa formação, alguns regressaram com outra. Foi o caso de Joaquim José Rodrigues Torres, que seguiu para Coimbra para cursar a cadeira de Direito e voltou com a formação em Matemática. Retornando algum tempo mais tarde ao Velho Continente para uma especialização acadêmica na sua área de atuação, Torres foi lente da Academia Militar na cadeira de Matemática. Atuou em vários cargos públicos, corroborando a trajetória traçada por José Murilo de Carvalho para os intelectuais da elite imperial: de treinamento burocrático, circulando em vários espaços da burocracia estatal de poder e alcançando os níveis mais altos da administração pública.

Joaquim José Rodrigues Torres tornou-se um político influente na província do Rio de Janeiro, onde conseguiu destaque como seu primeiro presidente, passando de convicções liberais às conservadoras em meados dos anos de 1830. O político fluminense foi um dos vértices da Trindade Saquarema, junto a Paulino Soares de Souza e Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, protagonistas durante a reforma administrativa do Estado Imperial brasileiro, mesmo processo que resultou

na reforma administrativa da Armada Imperial em meados do século XIX.

A trajetória de construção e consolidação do Estado brasileiro demonstrou fôlego por uma certa identidade política nativa. Embora houvesse ligações estreitas com a metrópole, o que levou à opção monárquica após a falência do antigo sistema colonial e sua permanência no pós-independência, os pés estavam fincados em solo brasileiro, apesar das mentes estarem voltadas para o Velho Continente. É necessário que se perceba durante o processo não só as continuidades, mas também as descontinuidades, pois se, por um lado, os homens que almejavam a emancipação política mantiveram-se ligados a uma ideia reformista metropolitana, por outro as descontinuidades nos fazem perceber as permanências. A exemplo, Ilmar de Mattos sugere que:

Os homens que realizaram a emancipação política do Brasil representariam o elo entre os elementos portugueses, engajados num projeto reformista, do qual fazia parte, de modo ativo, a alta burocracia, e os políticos imperiais forjadores de uma unidade e uma centralização. Uma proposição que sublinha unicamente a continuidade, num processo no qual as descontinuidades é que constituem o pano de fundo que possibilita perceber o que permanece.

Embora houvesse uma estreita ligação entre a burocracia que se formava na ex-colônia e os elementos portugueses do outro lado do Atlântico, a formação administrativa do Império foi resultado das lutas e disputas políticas internas que, muitas das vezes, se distanciavam de sua origem portuguesa. Na medida em que as instituições herdadas pelo novo Império eram matizadas de acordo com sua antiga metrópole, houve a necessidade de fomentar a produção de uma

cultura nativa e de construir um ideário de nação independente e de um Estado nacional moderno. A construção de uma identidade nacional foi fundamental para o sucesso da empreitada; por outro lado, os construtores do Estado Imperial brasileiro não abriram mão das conquistas alcançadas durante o processo de emancipação, muito menos das instituições forjadas no período colonial.

Exemplo pode ser observado nas disputas entre os projetos liberais e os conservadores nas décadas de 1830 e 1840, que resultaram na ascensão do grupo político fluminense como liderança do Partido Conservador e dirigente da classe senhorial. Os Saquaremas, grupo formado por integrantes e defensores dos interesses dos proprietários de terras e escravos do Sul fluminense, combinaram mudanças com permanências do passado colonial. A liderança Saquarema tomou as rédeas do jogo político, posicionando-se à frente das disputas políticas entre projetos de nação idealizados pelos dois principais partidos do Império, o Liberal e o Conservador. Sobre o processo e a liderança dos políticos fluminenses, Ilmar de Mattos nos diz que:

A “Trindade Saquarema” constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do período regencial e o nascer liberal dos anos 60, não só alterou os rumos da “ação”, mas, sobretudo, imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado Imperial.

Apesar das propostas de reorganização da administração nos moldes de um Estado moderno que cumprisse, entre outros propósitos, a civilização da ex-colônia, havia uma forte ligação com o passado colonial, sobretudo com as conquistas alcançadas durante a transição à emancipação política. Conforme Ilmar de Mattos:

Podemos dizer, por um lado, que este sentimento aristocrático – síntese da visão política e da sociedade pre-valetentes à época da maioridade – expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivaram alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade.

Segundo esta visão, a sociedade imperial foi construída nos pilares da sua congênera colonial. Para situarmos melhor essa discussão, Ricardo Salles propõe percebermos a sociedade imperial considerando suas características fundamentais, pois

O desenvolvimento da sociedade escravista imperial implicou um deslocamento crescente do nível de realização dos interesses da classe dominante escravista do plano imediato da produção e manutenção direta das relações de produção para o da consolidação e expansão de um Estado e de uma sociedade específica, a sociedade imperial.

A transição entre a colônia e o Estado Imperial consistiu na manutenção de um de seus grandes pilares, a escravidão, uma relação de produção que excluiu o trabalhador que não dispunha de qualquer meio de produção – a condição do cativo o reduzia a mercadoria dentro de um sistema capitalista. Para Ricardo Salles, só é possível verificar o caráter efetivo da sociedade escravista analisando a capacidade de uma classe de senhores de escravos

organizar a dominação sobre o conjunto de uma formação social, mesmo sendo a incorporação daquela relação de produção uma de suas contradições fundamentais.

A discussão sobre a escravidão mobilizou tanto a classe política quanto a dos proprietários de terra, embora não houvesse consenso entre elas sobre libertação dos escravos; é necessário que se faça a distinção na raiz do sistema de produção, tendo em vista que o discurso atravessará o ambiente privado e alcançará as esferas do poder público. Será no bojo dessas formulações e contradições, fornecidas pela dialética entre continuidades e descontinuidades, que se fundarão as instituições e, assim, suas relações com a sociedade imperial.

**A transição entre a colônia
e o Estado Imperial
consistiu na manutenção
de um de seus grandes
pilares, a escravidão**

**AS FORÇAS
ARMADAS E
A ATUAÇÃO
DA MARINHA
IMPERIAL
PARA
CONSTRUÇÃO
DO ESTADO
BRASILEIRO**

Uma das prerrogativas de racionalização e ampliação da rede administrativa e burocrática durante o processo de formação do Estado Nacional consiste na formação de forças militares regulares por meio da promoção dos mecanismos de recrutamento. Dessa forma, o Estado passa a exercer o monopólio da violência; nesse sentido, a força de um Estado pode ser medida por sua capacidade de arremeter homens para formação de forças militares nacionais. No caso brasileiro, esse processo foi encaminhado no curso da reforma administrativa e burocrática do Estado, ao passo em que o Estado foi forjado por disputas pela construção de uma hegemonia marcada por um acirrado debate.

Se, por um lado, os conservadores viam nas reformas do setor militar o fortalecimento do Estado contra ameaças, inclusive internas, por outro, a manutenção de um setor militar fortalecido causava certa estranheza e preocupações. Pois, para os liberais, o fortalecimento das Forças Armadas era uma ameaça ao governo, instrumento que poderia ser utilizado para sua deposição do poder, como ocorreu em 1831, como veremos com mais detalhes mais à frente. Os primeiros saíram vencedores. E, com a chegada dos Saquaremas ao governo, o que significou naquele momento a hegemonia do projeto conservador, percebeu-se a ampliação da estrutura administrativa das Forças Armadas, que em boa medida auxiliou a expansão da estrutura burocrática administrativa do Estado. Portanto, faz sentido pensarmos em que medida a capacidade de organização e formação de forças regulares, assim como os mecanismos de recrutamento para suprir suas fileiras, contribuiu para a ideia de um Estado moderno no Brasil em meados do século XIX. Logo, nos parece bastante profícuo o estudo da formação dos Estados Nacionais modernos a partir da formação e constituição de suas forças militares regulares, das instituições militares, assim como seu campo de atuação, sobretudo do espaço de ação.

Seja no processo de construção da identidade nacional ou da manutenção das relações de produção, o Estado era o lugar de disputas para manutenção de garantias e

privilégios da elite imperial, que, por meio da reformulação de seu aparato coercitivo, seguia na marcha da renovação burocrática. Os conflitos de setores sociais ligados aos setores produtivos e proprietários de escravos, com grande participação na formação da elite política imperial, alcançavam o interior do Estado, espaço de disputa entre os projetos políticos concorrentes. Desde o momento da emancipação política no Império do Brasil, a organização de tropas militares foi um fator indispensável para sua manutenção; logo após a Independência,

o movimento que buscou organizar uma força militar disposta a lutar pela causa do Império constituiu um esforço à medida que a Coroa se formava.

Constituída de elementos portugueses e de nascidos no Brasil, a força militar da nova Coroa lançou-se contra os núcleos de resistência defensores da causa portuguesa. Garantiu-se, assim, a implementação

A força militar da nova Coroa lançou-se contra os núcleos de resistência defensores da causa portuguesa. Garantiu-se, assim, a implementação do projeto político dos grandes proprietários de terras e escravos. A atuação da Marinha nesses conflitos foi intensa

do projeto político dos grandes proprietários de terras e escravos. A resistência de alguns centros que apoiavam a causa portuguesa fez com que as tropas do Império brasileiro agissem mais energeticamente. A atuação da Marinha nesses conflitos foi intensa, e embora boa parte da Esquadra se mantivesse do lado brasileiro, ela foi formada por alguns navios da antiga Esquadra portuguesa. Alguns oficiais permaneceram fiéis às Cortes portuguesas, e alguns se aliaram à nova Esquadra. Entretanto, o novo Império in-

dependente necessitou contratar militares estrangeiros para o quadro de oficiais da Marinha brasileira. Contudo, foi possível dissolver todos os centros de resistência e expulsar aqueles que não se aliaram à causa do Império brasileiro. O passo seguinte era colocar em prática o projeto de nação em curso. Para isso, além de criar instituições, foi necessário fortalecer as estruturas administrativas já existentes.

No centro das discussões havia grupos contrários e defensores da causa militar, porém as rédeas do jogo estavam

nas mãos da elite política, que disputava acirradamente modelos e projetos para a reformulação do Estado. O cenário de reivindicações, muitas vezes, tomava contornos conflituosos, mas por vezes surgiam conformações políticas amistosas que tornavam os projetos e as ações políticas viáveis. Esse movimento, como já mencionado anteriormente, encena a disputa entre setores da elite política pela

hegemonia de seus projetos de reforma e construção do Estado Imperial brasileiro. Em discussão estava a reforma administrativa da Marinha Imperial brasileira.

Como resultado daquelas discussões e dos acirrados debates, no final do período da Regência, sobretudo a partir de meados do século XIX, percebem-se significativas alterações na administração naval. A Marinha Imperial começaria a promover sua reforma administrativa, ampliando e reformulando

suas agências militares. A partir de 1840, a Intendência da Corte congregaria os setores de fazenda, contadoria e pagadoria, e, no decorrer da segunda metade do século XIX, percebe-se uma estrutura administrativa mais complexa comparada à da época da emancipação política, em 1822. No bojo das mudanças de ordem burocrática, percebem-se também reformas e a ampliação das estruturas físicas, na tentativa de viabilizar a ação militar nas províncias, sobretudo no extenso litoral do Império, constituindo assim uma extensa estrutura de controle e

coerção nesse litoral.

Naquele mesmo ano, tentando dar conta, ao mesmo tempo, da demanda por homens para o serviço da Armada Imperial e de mão de obra com traquejo para servir em suas embarcações, a Marinha inaugura uma experiência na Corte para formação de marinheiros, criando a primeira das 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros que irão se espalhar pelo litoral do Império até o ano

Em 1843 foram criadas, no litoral brasileiro, as Estações Navais Permanentes. A partir de 1846, foram criadas sucessivamente as Capitânicas de Porto. Tinham a competência de regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades de navegação nos portos e de representar o poder público em suas ações coercitivas e de controle

de 1874. Um projeto de envergadura nacional que ampliou as redes do recrutamento nas vilas e cidades do imenso território imperial, arregimentando crianças e jovens de idades entre 10 e 17 anos, conforme o Regulamento das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Porém muitas vezes esse recrutamento recaía sobre meninos com idades inferiores a dez anos.

Em 1843 foram criadas, no litoral brasileiro, as Estações Navais Permanentes: Es-

tação do Norte, com sede no Pará; Estação do Centro, com sede na Bahia e Estação do Sul, com sede no Rio de Janeiro. Essas agências tinham a função de inspecionar e fiscalizar a navegação mercante, ação que se estendeu ao tráfico negreiro, sobretudo a partir de 1850. A partir de 1846, foram criadas sucessivamente as Capitânias de Porto. As primeiras foram: Capitania da Corte no Rio de Janeiro, do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de Santa Catarina e a de São Pedro do Rio Grande do Sul. Instaladas, essas agências tinham a competência de regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades de navegação nos portos e, ainda, a função de representar o poder público em suas ações coercitivas e de controle. No exercício do poder de polícia, eram incumbidas de manter o domínio público nas questões marítimas e fluviais.

As mudanças e alterações na estrutura e na administração naval são oriundas das discussões acerca da ampliação das agências navais pelo território do Império; elas se intensificaram no declínio do gabinete liberal de Antônio Diego Feijó e, já no primeiro gabinete liderado por Araújo Lima, partiam do gabinete da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, por meio de relatórios ministeriais e propostas de fixação de forças, e chegavam à Assembleia Legislativa, onde ganharam força, acompanhadas de outras matérias que visavam à reestruturação administrativa e burocrática do Estado.

Assim como as demais agências do Estado Imperial brasileiro, a Marinha esteve envolvida na construção da Nação desde

o processo de emancipação. Protagonizou episódios desde a chegada da Corte e sua fixação na então colônia, escoltando a transmigração da Corte portuguesa e na tomada de Caiena, ao norte das possessões portuguesas, contra os franceses em 1808, passando pelos conflitos contra os núcleos aliados à causa portuguesa no contexto da emancipação da metrópole em 1822 e pelos conflitos ao sul das possessões do Império do Brasil, até às lutas pela defesa das fronteiras da região do Prata, que culminaram na guerra contra a República paraguaia, em 1865.

Esses episódios marcam a presença da Marinha não só na garantia do território nacional e de sua integridade, mas também na construção de uma identidade nacional ao longo de sua trajetória enquanto força militar nacional.

Como parte do projeto de expansão administrativa da Marinha Imperial, a criação das Compa-

nhias de Aprendiz-es-Marinheiros contribuiu significativamente para a ocupação do litoral do Império. A partir de 1840, ano de criação da primeira Companhia, instalada na Corte, até 1874, o projeto ganhou força, alcançando 17 províncias do litoral do Império e a província de Mato Grosso. Nos recantos mais longínquos foram instaladas agências militares, indicando não somente a ampliação e a intensificação da ação do Estado naquelas áreas, mas também a presença de sua face armada. Por seu turno, a presença de uma instituição de Ensino de caráter militar, cujo objetivo era recrutar crianças e jovens, alterou a dinâmica local e a vida de seus moradores.

A Marinha esteve envolvida na construção da Nação desde o processo de emancipação. Protagonizou episódios desde a chegada da Corte e sua fixação na então colônia

Embora não fosse nenhuma novidade que a Marinha Imperial recorresse à infância e à juventude para compor suas fileiras, o recrutamento para as Companhias introduziu novos elementos a essas práticas. Um deles foi o pagamento de um prêmio àqueles que entregassem seus filhos e protegidos ao serviço da Armada, que acabou promovendo a formação de uma rede de recrutamento que passou a se ramificar pela captura de crianças e jovens. Essa rede se estendia desde agências do governo até instituições privadas, integrando indivíduos que pertenciam à burocracia de estado e particulares que viram no recrutamento uma forma de rendimento extra, com o pagamento do prêmio.

Por outro lado, a Marinha buscou, com as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, mudar a percepção sobre o recrutamento militar para a Armada, já que as instituições militares não gozavam de uma boa imagem perante a sociedade. Visto como punitivo, o recrutamento era alvo de grande repulsa social. A expectativa que repousava sobre os jovens que ingressavam nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros era a formação profissional, que atenderia à demanda da Marinha por mão de obra especializada. Também não se deixou de cumprir uma função educacional moral das crianças e jovens, com o requisito de inserção social.

A dimensão nacional da Companhia de Aprendizes-Marinheiros só foi alcançada após seu período de experimentação na província do Rio de Janeiro. Foram 15 anos de experiência entre a primeira Companhia e a criação das Companhias do Pará e da Bahia, em 1855. Ainda não foi possível verificar o que levou a Marinha a aguardar esse espaço de tempo para a retomada do projeto e como foi operacionalizada sua implementação pelo território do Império. Como apontou

Ilmar de Mattos, a província do Rio de Janeiro constituiu-se em um laboratório, um espaço de experimentação. Neste sentido, podemos supor que foi o caso da experiência da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Corte, como parte das reformas promovidas na Administração Naval, que por sua vez foram formuladas durante a construção do Estado Imperial em meados do século XIX, integrantes de um conjunto de medidas e ações que reuniam o projeto nacional em curso, o projeto conservador.

A RESTRUTURAÇÃO DOS CORPOS MILITARES: A MARINHA IMPERIAL COMO LABORATÓRIO

A Marinha Imperial era numericamente inferior ao Exército em relação ao efetivo; formada por dois grandes corpos militares, o Corpo de Artilharia e o Corpo de Marinheiros da Armada, a força naval, em 1830, contava apenas com 4.975 homens. Poderemos observar na Tabela I, que remonta à evolução e às transformações do quadro de efetivo da Marinha até 1849, um momento de reestruturação da Administração Naval.

Sem pretender análises aprofundadas, apontaremos algumas relações entre as transformações do seu contingente e o processo político no período. Para o caso do Exército, segundo Edmundo Campos Coelho, a instituição foi submetida a uma política de erradicação que se estendeu por vários períodos da trajetória histórica da instituição. Precisamente, essa política foi conduzida pela elite política imperial e teria acontecido entre os anos subsequentes ao Primeiro e Segundo Império e durante a República Velha, um período demasiado longo em que o Exército sofreu reduções no seu efetivo de forma incisiva. Portanto,

nosso propósito é verificar e testar em que medida a hipótese erradicadora, difundida por Edmundo Campos Coelho, pode ser aplicada às transformações sofridas no efetivo do Corpo da Armada durante a reforma na Administração Naval em meados do século XIX.

Um dos primeiros pontos que destacamos na Tabela I é o significativo aumento do número de oficiais. Depois de três anos com o mesmo efetivo, o quadro de oficiais é elevado a mais de 88% entre 1832 e 1833. Nos primeiros anos da década de 1830, a formação dos oficiais, tanto do Exército quanto da Marinha, esteve no centro das discussões sobre o modelo de ensino que deveria ser adotado nas aca-

demias de formação de oficiais das duas forças. Chegou-se a unificar a Academia Militar do Exército com a Academia de Guardas-Marinha, responsável em formar oficiais para a Armada Imperial. Com o argumento de tornar pública e simplificar a formação daqueles que pretendiam chegar ao oficialato das Forças Armadas, a unificação acabou, no caso da Academia de Guardas-Marinha, por afastar a formação dos oficiais da própria Marinha; a medida foi desfeita um ano após a unificação. Esse processo foi analisado por Carlos André Lopes da Silva ao confrontar os resultados com a recente historiografia brasileira, que toma os atos regenciais em relação à estrutura das Forças Armadas

ANO	OFICIAIS	CORPO DE ARTILHARIA	MARINHAGEM	IMPERIAIS MARINHEIROS	TOTAL
1830	139	2.784	2.052	X	4.975
1831	139	2.784	2.052	X	4.975
1832	139	600	1.771	X	2.510
1833	262	600	1.648	X	2.510
1835	262	Não informado	1.934	X	2.198
1836	274	574	Não informado	X	Idem
1839	252	Não informado	3.256	X	3.830
1840	272	Não informado	Idem	X	3.925
1841	275	502	2.289	774 ¹	3.840
1842	221	510	2.139	844	3.714
1843	234	458	1.252	758	2.702
1844	237	470	1.644	873	3.224
1845	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.933
1846	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.730
1847	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.725
1848	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620
1849	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620

Tabela I – Força Naval, 1830-1850

Fontes: Relatórios de ministros da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz – 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia

1 O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/3/1840, e pela Lei nº 148 de 27/8/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

como parte da “política de erradicação”. O autor aponta que:

Se a criação de uma escola conjunta para oficiais das armas do Exército e para a Marinha fosse parte de um projeto maior para enfraquecer ambas as instituições militares, ou um produto de uma retração dos investimentos do Estado causado pela crise econômica, seria difícil explicar a completa reversão daquele cenário pouco mais de um ano e meio depois.

E, ainda, se considerarmos as transformações ocorridas na administração naval durante os anos finais daquela década e as que se seguiram durante os anos de 1840, como vimos anteriormente, não só ficaria difícil explicar como também seria um ponto a considerar em relação à possível aplicação da tese de Edmundo Campos no que diz respeito a transformações na estrutura da Marinha Imperial. Mas, seguindo nossa análise, partiremos para outro ponto na Tabela I: as praças.

Embora não dispondo de um quadro completo da evolução da força militar de praças, as informações compiladas nas fontes já nos dão uma imagem muito próxima da realidade do que seria o quantitativo da força de mar no período. Na tabela, as praças estão representadas pelos dois corpos, o Corpo de Artilharia e o Corpo de Marinheiros da Armada, este representado na tabela pela Marinhagem. Depois de 1840, quando o Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado, os imperiais marinheiros passaram a ser contabilizados separadamente da marinhagem. Tomando como ponto de partida a década de 1830, vejamos um ponto que nos chama muita atenção: o número do efetivo dos dois corpos, o de Artilharia sendo um pouco maior que o da Marinhagem, e, logo em

seguida, em 1832, o Corpo de Artilharia é reduzido de 2.784 para 600 homens. Cabe aqui discorrer um pouco sobre o Corpo de Artilharia da Marinha e sua historicidade. Assim podemos ter uma compreensão mais ampla sobre do que se trata esse Corpo, para depois seguirmos adiante.

O Corpo de Artilharia era uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o Corpo de Praças da Armada Imperial. Sua trajetória histórica remonta à origem do que é hoje o Corpo de Fuzileiros Navais. Entre as instituições que atravessaram o Atlântico com a Corte portuguesa estava a Brigada Real da Marinha. Criada em Portugal, em 1797, pelo Alvará de 28 de agosto, a Brigada sofreu sua primeira alteração normativa no Brasil dois meses após a chegada da Coroa portuguesa, por meio do Alvará de 13 de maio de 1808, que forneceu um regulamento comum à Brigada e aos Regimentos de Artilharia do Exército português sediados no Brasil. A primeira alteração só ocorreu após o 7 de Setembro, promovida pelo Decreto de 24 de outubro de 1822, alterando apenas sua denominação para Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro.

Foi após o início da Guerra Cisplatina (1825-1828), por meio do Decreto de 31 de janeiro de 1826, que se promoveu a primeira alteração na organização, renomeada Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. Seu corpo militar foi dividido em dois batalhões com seis companhias cada. Em 1827, o Decreto de 15 de novembro alterou a denominação da Brigada para Corpo de Artilharia da Marinha e aumentou o número de suas companhias para oito. Em 1847, por meio do Decreto nº 535 de 11 de novembro, em execução da determinação contida no Decreto nº 451A de 31 de agosto de 1847, é criado o Corpo de Fuzileiros Navais como um corpo de Infantaria.

O Corpo de Artilharia da Marinha foi extinto pelo mesmo ato legal, e seu quadro de oficiais foi transferido, como quadro de 2ª classe, para o Exército Imperial, sendo suas praças aproveitadas no novo Corpo de Fuzileiros Navais, que passaria a ser mobiliado por oficiais dos demais corpos e quadros da Marinha Imperial, conforme suas especialidades. Em 1852, com o Decreto 1067-A de 24 de novembro, o Corpo de Fuzileiros, agora renomeado Batalhão Naval, ganhou uma estrutura organizacional mais complexa, com atribuições mais amplas no conjunto operativo da Marinha Imperial, com oito companhias, seis de fuzileiros e duas de artilheiros, segundo o Decreto.

O Corpo de Artilharia foi subitamente reduzido em 1831. As razões, segundo o Ministro Rodrigues Torres, foram

Em consequência das baixas numerosas dadas aqueles indivíduos que estavam para isso legalmente habilitados, e ainda assim entraram nestes números praças que estão presas pelos acontecimentos de 7 de outubro do ano passado [...] o governo não tem julgado conveniente levá-las ao número fixado da Lei de 31 de agosto [Lei de Fixação de Forças], porque o espírito de rebeldia e sedição, manifestado entre os soldados daquele corpo, é um foco de infecção, que pagaria o contágio a todos os que se lhes reunisse. Quando, pois, se não julgue conveniente desfazê-lo de todos esses indivíduos, cujo espírito inquieto e de insubordinação tem concorrido para romper os laços da disciplina militar, e fazer da maior parte dos nossos soldados o flagelo da sociedade em vez de defensores, que dela deviam ser.

Mais que um foco de sedição e rebeldia que provocaria “infecção” na tropa, o Corpo de Artilharia era uma ameaça de

possíveis levantes e rebeliões, inclusive contra o próprio Governo, pois parte do Corpo de Artilharia havia participado, nas ruas, do processo que levou à Abdicação de D. Pedro I em 1831, e depois havia se rebelado em outubro de 1831, ato citado pelo ministro. Era essa a preocupação do ainda moderado ministro Joaquim Rodrigues Torres. Porém, já em 1832, depois da prisão de mais de 300 soldados após a rebelião de outubro de 1831, o ministro parecia ter mudado de ideia. Dizia ele que “se torna preciso ficar o governo autorizado a aumentar por tal modo o Corpo de Artilharia da Marinha”. Como a Lei de 29 de agosto de 1832 fixava para 600 o número de homens, com as prisões, o ministro reclamou que restaram menos de 300 soldados, segundo ele número insuficiente para manter os navios da Esquadra devidamente guarnecidos. Desde então, o governo tentou aumentar seu efetivo, porém atribuía ao recrutamento uma das maiores dificuldades para completar o Corpo de Artilharia. Mas havia uma outra dificuldade: a Câmara dos Deputados.

Na sessão da Câmara dos Deputados do dia 18 de julho de 1836, o então ministro Salvador José Maciel, ao apresentar sua proposta de Fixação de Forças de Mar para o biênio 1837-1838, foi instado a esclarecer a desproporção, apontada por alguns deputados, entre o número de marinheiros do Corpo da Armada e o de soldados do Corpo de Artilharia da Marinha contido na proposta. O ministro pedia 1.800 marinheiros e 1.200 artilheiros. Baseava-se o corpo de deputados, para negar o aumento, nas nações “mais avançadas” onde eram adotadas formas diferentes de composição da força de mar. Na Inglaterra, por exemplo, a proporção era de um para seis, assegurou o então deputado Rodrigues Torres. Disse

ele que na Esquadra inglesa, caso fosse formada de 1.200 soldados de Artilharia de Marinha, como queria o ministro Salvador Maciel, a força naval seria de 7.200 homens, e na França era de quatro para um, apontando Rodrigues Torres que este seria o exemplo que o Brasil deveria seguir. Logo em seguida, o então deputado Bernardo Vasconcellos salienta que “o artilheiro é fruto de uma larga experiência, e fruto de muita pólvora e balas gastas pelo Estado”. Parece sugerir o deputado que a Marinha se preocupasse mais com o treinamento de seus homens do que com o aumento do seu número, e que o Estado estaria disposto a dispensar recursos para tal.

No caso do Corpo de Marinheiros da Armada, houve uma pequena redução, porém é necessário que se faça uma análise sobre os momentos em que esse corpo sofre alterações. No ano de 1831, quando a força naval contava com 4.975 homens, o Corpo de Marinheiros era composto de um efetivo de 2.052 marinheiros; em 1832 ele foi reduzido em pouco mais de 15%, porém a força naval era de 2.510 homens, isto devido à redução do Corpo de Artilharia, como vimos. O Gráfico I demonstra essa evolução no Corpo de Marinheiros no período, apesar de

se alongar até 1844. Não estão contabilizados os Imperiais Marinheiros, que surgem somente a partir de 1840, como um Corpo à parte dentro do Corpo de Marinheiros da Armada.

Se compararmos com a Tabela I, percebemos um expressivo aumento no efetivo de praças entre 1835 e 1839, e no momento em que entrou em funcionamento as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, houve um declínio no quadro da Marinhagem a partir de 1841. À medida que as Companhias começaram a enviar marinheiros para o Corpo de Marinheiros da Armada, estes passaram a ingressar no Corpo de Imperiais Marinheiros, sendo contabilizados à parte dos demais, como já ressaltado. O Gráfico II demonstra o comportamento do efetivo do Corpo de Marinheiros já com o Corpo de Imperiais Marinheiros – percebe-se que a curva não se mostra tão acentuada. Embora a Marinha tenha perdido parte de

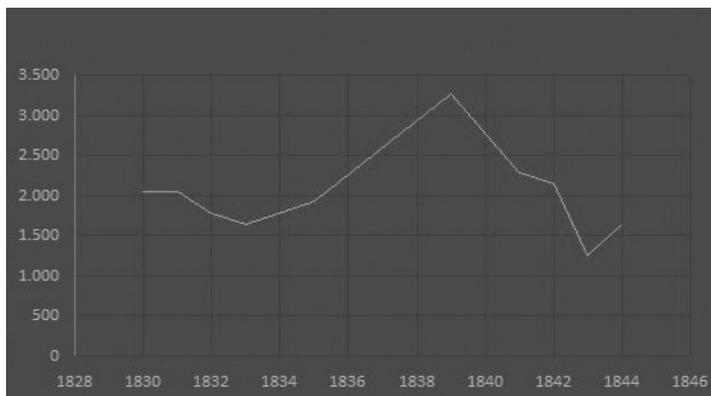


Gráfico I – Evolução do Corpo de Marinheiros da Armada*, 1830-1844

Fontes: Relatórios de ministros da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia

*N.A. O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/3/1840, e pela Lei nº 148 de 27/8/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

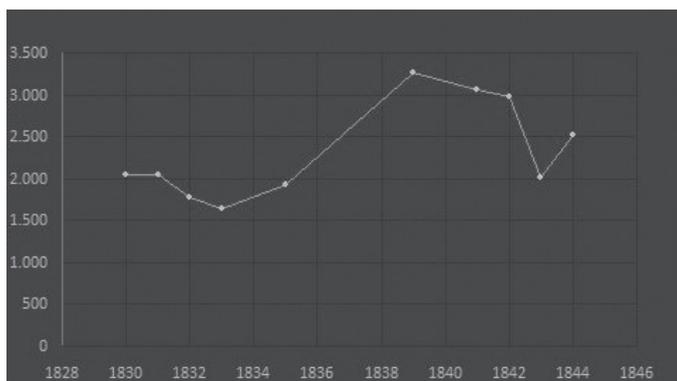


Gráfico II – Efetivo do Corpo de Marinheiros da Armada*, 1830-1844

Fontes: Relatórios Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia

seu corpo de guarda com a redução do Corpo de Artilharia, ela viu seu corpo de marinheiros aumentar, sobretudo com um contingente proveniente das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

A partir de 1835 até 1839, houve um aumento significativo do efetivo do Corpo de Marinheiros, de quase 70%. A partir de então, percebe-se declínio contínuo, que em 1842 se acentua, para depois sofrer uma pequena elevação em 1844. Embora o expressivo aumento do Corpo na segunda metade da década de 1830, gostaríamos de destacar o que ocorreu depois de 1840. Chama-nos atenção que, embora se perceba o declínio no efetivo do Corpo de Marinheiros, no novo Corpo de Imperiais Marinheiros houve uma pequena elevação já no segundo ano de sua criação, bem como das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Percebe-se ainda uma proporção muito próxima aos “princípios adotados nos países mais cultos” – para usar a expressão de Bernardo Vasconcellos –, o que Rodrigues

Torres propôs como exemplo as Marinhas da Inglaterra e da França. A Tabela II demonstra a evoluções dos Corpos de Marinheiros e da proporção dos Corpos em relação à força naval.

Verificamos na Tabela II que a proporção entre o Corpo de Artilharia e a força naval, depois de sua redução, chegou a 1 para 3, e depois ficou

em torno de 1 para 5, na média. E que o Corpo de Marinheiros, que sustentava uma proporção de 1 para 2 com a força naval, depois da redução em 1832 manteve a proporção de 1 para 4, e depois se manteve, em média, a proporção de 1 para 6. Portanto, se tomarmos esses números e analisá-los tendo como ponto de partida as discussões entre o Governo e a Câmara, tudo indica que o que se pretendia não era somente a redução da força de mar. Portanto, com a aproximação aos modelos europeus de modernização, pretendeu-se organizar os corpos de praças da Marinha Imperial e a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, além de promover a disciplina e a manutenção da hierarquia. Isso pode indicar que havia começado um processo de profissionalização dos corpos de praças da Marinha, liderado, sobretudo, pela direção Saquarema, como já vimos.

Podemos perceber que em meados do século XIX a Marinha Imperial ampliou

*N.R. (no gráfico) O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/3/1840, e pela Lei nº 148 de 27/8/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Ano	Corpo de Artilharia	Marinhagem	Imperiais Marinheiros	Força Naval	Proporção	
					Artilharia x Marinheiros	Marinheiros x Força Naval
1830	2.784	2.052	X	4.975	1 x 1	1 x 2
1831	2.784	2.052	X	4.975	1 x 1	1 x 2
1832	600	1.771	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1833	600	1.648	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1841	502	2.289	774 ²	3.840	1 x 6	1 x 7
1842	510	2.139	844	3.714	1 x 5	1 x 7
1843	458	1.252	758	2.702	1 x 4	1 x 5
1844	470	1.644	873	3.224	1 x 5	1 x 6

Tabela II – Proporção dos Corpos de Praças em relação à Força Naval

Fonte: Relatórios de ministros da Marinha

significativamente sua atuação sobre o território do Império, exercendo papel fundamental para a consolidação dos limites e fronteiras, assim como para formação do Estado Nacional brasileiro. E, ainda, a reforma na Administração Naval

não se limitou à criação e expansão das agências da Marinha Imperial pelo litoral; preocupou-se com a reorganização de seus corpos, à medida que as Marinhas “mais avançadas” começavam os processos de profissionalização de seus militares.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIAS>; História do Brasil; História da Marinha do Brasil; Organização Administrativa;

² A partir de 1841, é o resultado da soma de marinhagem com os Imperiais Marinheiros.